



PLENÁRIO

Só "espíritos" dão quorum para Vanucci

CATARINA GUERRA
Da Editoria de Política

Quem esperava alguma manifestação dos espíritos durante a defesa das duas emendas populares que garantem a prática de mediunidade como auxiliar nos tratamentos físicos e psíquicos, decepcionou-se. Tanto Milton Felipelli como Augusto César Vanucci, representantes dos 113 mil 674 cidadãos que assinaram as duas emendas, falaram tranquilamente, sem ser interrompidos sequer por pedidos de apertes dos pouquíssimos constituintes presentes.

Felipelli falou na reunião de segunda-feira à noite, pouco depois das 21:00 horas, para somente dois constituintes, além do presidente da Mesa, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), taquígrafos e segurancas. Vanucci deveria falar neste mesmo dia, mas seu avião atrasou "por motivos técnicos" e a defesa da segunda emenda sobre mediunidade foi feita na manhã de ontem.

O diretor de televisão foi ouvido por uma platéia um pouco maior, de quase trin-

ta constituintes. Mas o plenário "aparentemente" vazio não o desestimulou: para ele, tanto galerias como o próprio plenário estavam lotados por milhares de espíritos.

Ao contrário de Felipelli, que fez um discurso repleto de dados históricos sobre os fenômenos mediúnicos, na tentativa de convencer a reduzidíssima platéia do caráter científico destes fenômenos Vanucci preferiu dar um tom menos formal ao seu pronunciamento. Ele chegou até a fazer um depoimento pessoal para mostrar a influência dos espíritos na vida da humanidade.

DILEMA

O diretor de televisão contou que adiará por seis anos o projeto de encenar uma peça que tratava do assunto, por acreditar que ela seria um fracasso de público. Um dia, num encontro com o famoso médium Francisco Xavier, contou a ele o seu dilema e foi encorajado a levar o projeto adiante. "O teatro pode ficar vazio de público, mas estará cheio de espíritos", disse Chico Xavier e

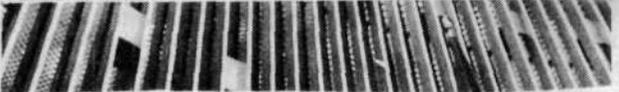
Vanucci decidiu finalmente montar a peça.

Felipelli tentou provar que a mediunidade é "um fato" e, portanto, merece constar da futura Constituição. Até porque o Brasil, segundo ele, é um "grande e inesgotável celeiro de médiuns". O representante dos espíritos definiu a mediunidade como uma "faculdade natural da criatura humana, que liga homens e espíritos num vínculo sólido e profundo de auxílio mútuo".

Ele explicou que a combinação dos "fluidos" dos espíritos e dos médiuns resulta no passe, instrumento eficiente no tratamento e cura de diversas enfermidades. Mas Felipelli não subestima o poder dos medicamentos tradicionais. "O fluido, como agente terapêutico, deve auxiliar e não substituir os recursos da medicina convencional".

Felipelli acredita que o acolhimento da emenda defendida por ele vai restringir a exploração da mediunidade por pessoas inescrupulosas e amparar os que se dedicam a esta prática por "abnegação e amor ao próximo".

EUGENIO NOVAES



Goldemberg
é contra a

arma nuclear

Não existe diferença fundamental entre a energia nuclear para fins pacíficos e a energia nuclear para fins militares. As tecnologias são muito parecidas e só uma decisão política pode impedir que um país que domina uma tecnologia nuclear para fins pacíficos faça armas nucleares.

A afirmação, que pode parecer absurda e até assustadora para um leigo, foi feita da tribuna da Constituinte por alguém que entende bem do assunto: o cientista José Goldemberg, doutor em física nuclear e presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Goldemberg defendeu a emenda popular que proíbe a União de participar, "direta ou indiretamente" de projetos que visem ao desenvolvimento de armas nucleares. A emenda, assinada por 62 mil eleitores e apoiada pela SBPC, pela Sociedade Brasileira de Física e pela Associação Brasileira de Antropologia, foi baseada no princípio de que a tecnologia atômica desenvolvida para fins pacíficos pode ser transformada a qualquer momento numa arma que coloca em risco toda a humanidade.

Goldemberg elogiou o trecho do substitutivo do deputado Bernardo Cabral por estabelecer que "toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos, mediante aprovação do Congresso Nacional". Goldemberg acredita que, ao submeter as atividades de energia nuclear à aprovação do Congresso, o substitutivo avançou mais até que a proposta da SBPC.

Amato e dona-de-casa na tribuna

As emendas populares da Livre Iniciativa e da Defesa dos Consumidores serão defendidas hoje na Assembleia Nacional Constituinte. A primeira terá como orador o presidente da Fiesp, Mário Amato, e a segunda será defendida pela presidente da Associação das Donas de Casa de Minas Gerais, Lúcia Pacifico Homem.

A presença de Mário Amato no plenário da Constituinte será uma atração especial, já que ele tem caracterizado seus pronunciamentos por algumas posições polêmicas diante da política econômica do Governo. Já as entidades ligadas aos consumidores estão tentando a manutenção no projeto da Constituição do Código de Defesa do Consumidor.



Balzani, 18 anos, "monarquista convicto"

Garoto vem do Sul defender monarquia

"A monarquia parlamentarista é uma alternativa política à qual não devemos ter medo ou pudor de recorrer. Não é uma proposta anacrônica, mas uma alternativa capaz de nos trazer estabilidade política com democracia". O discurso, aparentemente de autoria do deputado Cunha Bueno (PDS/SP) — conhecido defensor da monarquia — foi proferido ontem por um jovem de 18 anos, para um plenário com menos de 30 constituintes: Fernando Batista Balzani, que veio de Porto Alegre para defender na tribuna da Comissão de Sistematização da emenda popular dos monarquistas, que querem esta opção incluída em plebiscito sobre o sistema de governo.

Mas, apesar de esforçado, Balzani não motivou a platéia. Nem mesmo Cunha Bueno pediu aparte para defender a tese. O único elogio partiu do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, para quem Fernando deu "um colorido particular à sessão". Apesar disso, Arinos advertiu: o discurso foi "brilhante", mas das conclusões ele discorria.

Fernando Balzani cursa o sexto semestre de direito na PUC de Porto Alegre. Filiado ao Partido Liberal, ele começou a ter convicções monarquistas há dois anos, quando ingressou no Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos do Rio Grande do Sul. "No início eu só tinha simpatia pela monarquia. Hoje estou convicto de que ela é a melhor opção", disse. Embora não tenha feito sucesso junto aos constituintes, Fernando tem em seu currículo alguns casos de "conversão" ao monarquismo. O pai, a mãe e a irmã, que eram "antimonarquistas convic-

tos", hoje já não descartam de todo a hipótese, conta ele. Segundo considerando o regime republicano é "machista", embora ao defender a figura do monarca só tenha falado em rei, — nunca — não em rainha.

Nas últimas três semanas, desde que soube que viria a Brasília para defender a emenda, Fernando dedicou-se exclusivamente ao tema, pesquisando literatura política e elaborando seu discurso de 14 páginas, ligeiramente modificado, nos últimos dois dias, com a ajuda de Cunha Bueno. Fernando Balzani — até hoje a mais jovem pessoa a fazer uso da palavra na Constituinte — chegou cedo ao plenário. Foi bastante cumprimentado por parlamentares e logo conseguiu a simpatia das secretárias da Comissão de Sistematização, ao iniciar a distribuição de um folheto, no qual defende a monarquia como um "seguro antigolpe".

Após conceder entrevistas, Fernando sentou-se em uma das cadeiras reservadas para constituintes, de onde só se levantou para ir ao banheiro, pouco antes de subir a tribuna.

As 12h20, o jovem monarquista foi chamado pelo presidente da mesa. Visivelmente tenso, ele subiu à tribuna e sequer arrumou os microfones. Começou a falar, saindo uma única vez do "script", quando se disse honrado com a presença do senador Afonso Arinos. Calmamente, Fernando leu seu discurso, recheado-o com gestos ensaiados e uma peculiar empolgação na voz. Ao descer da tribuna, foi cumprimentado e saiu do plenário sem saber da brincadeira que corria, a partir de um comentário do deputado Mário Lima: "Parece filho do Cunha Bueno".